

Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires

Direitos de Propriedade, Terra e Território nos Impérios
Ultramarinos Europeus

Edited by José Vicente Serrão
Bárbara Direito, Eugénia Rodrigues
and Susana Münch Miranda

© 2014 CEHC-IUL and the authors.

All rights reserved.

Title: Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires.

Edited by: José Vicente Serrão, Bárbara Direito, Eugénia Rodrigues, Susana Münch Miranda.

Editorial Assistant: Graça Almeida Borges.

Year of Publication: 2014.

Online Publication Date: April 2015.

Published by: CEHC, ISCTE-IUL. Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal. Tel.: +351 217903000. E-mail: cehc@iscte.pt.

Type: digital edition (e-book).

ISBN: 978-989-98499-4-5

DOI: [10.15847/cehc.prlteoe.945X000](https://doi.org/10.15847/cehc.prlteoe.945X000)

Cover image: “The home of a ‘Labrador’ in Brazil”, by Frans Post, c. 1650-1655 (Louvre Museum).

This book incorporates the activities of the FCT-funded Research Project (PTDC/HIS-HIS/113654/2009)
“Lands Over Seas: Property Rights in the Early Modern Portuguese Empire”.

Contents | Índice

Introduction	
Property, land and territory in the making of overseas empires <i>José Vicente Serrão</i>	7
Part I Organisation and perceptions of territory Organização e representação do território	
1. Ownership and indigenous territories in New France (1603-1760) <i>Michel Morin</i>	21
2. Brazilian landscape perception through literary sources (16th-18th centuries) <i>Ana Duarte Rodrigues</i>	31
3. Apropriação econômica da natureza em uma fronteira do império atlântico português: o Rio de Janeiro (século XVII) <i>Maria Sarita Mota</i>	43
4. A manutenção do território na América portuguesa frente à invasão espanhola da ilha de Santa Catarina em 1777 <i>Jeferson Mendes</i>	55
5. Urbanística e ordenamento do território na ocupação do Atlântico: as ilhas como laboratório <i>Antonieta Reis Leite</i>	67
6. Do mar à serra: a apropriação do solo na ilha da Madeira <i>Nelson Veríssimo</i>	81
7. Cartografia de uma propriedade na ilha de São Miguel: as Furnas de José do Canto (século XIX) <i>Pedro Maurício Borges</i>	89
Part II European institutions in colonial contexts Instituições europeias em contextos coloniais	
8. Bens, direitos e rendimentos no reino e na América portuguesa: o morgado e a capitania (século XVI) <i>Maria Leonor García da Cruz</i>	99
9. Capelas e terras de ónus de missa na ilha do Fogo, Cabo Verde (séculos XVI-XVIII) <i>Maria João Soares</i>	115
10. Valorização e exploração do património vinculado em São Miguel (séculos XVII-XVIII) <i>José Damião Rodrigues</i>	123
11. História da propriedade eclesiástica nos Açores: o património do convento de São João de Ponta Delgada (século XVII) <i>Graça Delfim</i>	135
12. A exploração da terra sob o regime da <i>colônia</i> no arquipélago da Madeira <i>João Palla Lizardo</i>	145
13. A persistência dos sistemas tradicionais de propriedade fundiária em Damão e Baçaim (século XVI) <i>Luis Frederico Dias Antunes</i>	155
14. Property rights and social uses of land in Portuguese India: the Province of the North (1534-1739) <i>Susana Münch Miranda</i>	169

Part III Colonial land policies		
Políticas de terras coloniais		
15.	The Portuguese land policies in Ceylon: on the possibilities and limits of a process of territorial occupation <i>José Vicente Serrão</i>	183
16.	Influência política, ocupação territorial e administração (in)direta em Timor (1702-1914) <i>Manuel Lobato</i>	197
17.	A expulsão dos jesuítas e a secularização da propriedade da terra no Pará do Setecentos <i>José Alves de Souza Junior</i>	211
18.	Conquest, occupation, colonialism and exclusion: land disputes in Angola <i>Mariana Pinho Candido</i>	223
19.	Labour exploitation and the question of land rights in colonial Malawi (Nyasaland) <i>Davemonie Sawasawa</i>	235
20.	Regime de terras e cultivo de algodão em dois contextos coloniais: Uganda e Moçambique (1895-1930) <i>Albert Farré</i>	245
21.	African access to land in early 20th century Portuguese colonial thought <i>Bárbara Direito</i>	255
Part IV Property, society and conflict		
Propriedade, sociedade e conflito		
22.	Traders, middlemen, smugglers: the Chinese and the formation of colonial Timor (18th-19th centuries) <i>Paulo Jorge de Sousa Pinto</i>	267
23.	As repercussões do elitismo colonial português na exploração da terra em Moçambique (século XX) <i>Martinho Pedro</i>	279
24.	Direito à terra e ao território em Moçambique no período colonial e após a independência <i>José Gil Vicente</i>	291
25.	Land law and polygamy in the Bamiléké tribe in Cameroon <i>Mathurin Clovis Tadonkeng</i>	305
26.	As dívidas do açúcar na capitania de Pernambuco (século XVIII) <i>Teresa Cristina de Novaes Marques</i>	313
27.	Territorialidade e sentidos da posse da terra na Zona da Mata de Pernambuco <i>Ana Luísa Micaelo</i>	325
28.	The transformation of the property regime in 19th century Argentina <i>Federico Benninghoff Prados</i>	335

A manutenção do território na América portuguesa frente à invasão espanhola da ilha de Santa Catarina em 1777

Jeferson Mendes¹

Abstract: This study aims to analyse the intricacies of the Spanish invasion in the island of Santa Catarina, in 1777, and the mechanisms of maintenance of territory in Portuguese America. The geographic space and its political functions need to be studied, namely, how essential maintaining, defending and preserving the predetermined areas of the Portuguese empire was. It was only in the second quarter of the 18th century that the Portuguese crown developed a strategic planning of the territory. The island of Santa Catarina gained tactical importance to maintain a direct link with the centre of the colony (Rio de Janeiro), Rio Grande de São Pedro and the Colony of Santíssimo Sacramento. This geopolitical space underwent significant changes. The fear of invasions, conquests, raids or even small advances from an enemy that never slept, transformed the geographical space. Firstly, several forts and strongholds were built, and, gradually, the arrival of Azorean and Madeiran migrants metamorphosed the island's environment. This policy was nevertheless unable to contain the advance of Spanish troops. In 1777, D. Pedro de Cevallos invaded the island without any resistance. In the same year, Portugal and Spain signed the Treaty of Santo Ildefonso, which returned the territory back to the Portuguese.

Resumo: O presente trabalho busca analisar os meandros da invasão espanhola na ilha de Santa Catarina em 1777 e os mecanismos de manutenção do território da América portuguesa. Dessa forma, surge a necessidade de estudar o espaço geográfico e suas funções políticas, ou seja, a imprescindibilidade de manter, defender e conservar os domínios preestabelecidos do império português. Foi somente no segundo quartel do século XVIII que a coroa portuguesa desenvolveu um planeamento estratégico do território. A ilha de Santa Catarina recebeu importância tática para manter uma ligação direta com o centro da colônia (Rio de Janeiro), o Rio Grande de São Pedro e a Colônia do Santíssimo Sacramento. Este espaço geopolítico sofreu alterações significativas. O receio de invasões, conquistas, incursões ou mesmo pequenos assédios de um inimigo que nunca adormece, transformou o espaço geográfico. Primeiramente foram construídas diversas fortalezas, redutos e aos poucos a emigração de açorianos e madeirenses metamorfoseou o ambiente da ilha. Entretanto, esta política não foi capaz de conter o avanço de tropas espanholas. Em 1777, D. Pedro de Cevallos invadiu a ilha sem qualquer resistência. No mesmo ano, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Santo Ildefonso que restabeleceu o território aos portugueses.

¹ Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Portugal, mendesjeh@hotmail.com.

José Vicente Serrão, Bárbara Direito, Eugénia Rodrigues, Susana Münch Miranda (eds.). *Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires*. Lisbon: CEHC-IUL, 2014. ISBN: 978-989-98499-4-5.

© 2014 CEHC-IUL and Jeferson Mendes. Chapter DOI:10.15847/cehc.prkteoe.945X004.

Desde as primeiras expedições à região do Rio da Prata, os impérios marítimos confabulavam interesses na América Meridional. Espanhóis e portugueses saíram na frente na corrida marítima-territorial. Com o fim da União Ibérica (1580-1640), Portugal buscou reafirmar seus territórios ultramarinos antes subjugados pela Espanha, o então “*primeiro império mundial onde o Sol nunca se punha*” (Boxer 1992: 116). Em 1680, uma pequena expedição, chefiada por Dom Manuel Lobo, então governador da Capitania do Rio de Janeiro, ao estuário do Rio da Prata procurou estabelecer e ao mesmo tempo aumentar os limites territoriais do império português. Nesse local, construiu um pequeno fortim na margem esquerda do Rio da Prata, em frente a Buenos Aires. A fundação da colônia do Sacramento gerou lutas cruentas e seculares entre as coroas ibéricas. Provocou o caldeamento de militares europeus, índios silvícolas e negros africanos. Além disso, despertou grandes tensões na manutenção do território da América Meridional. O Rio Grande de São Pedro e a ilha de Santa Catarina imiscuíam-se no tabuleiro. O jogo das coroas ibéricas envolvia a tríade Colônia do Sacramento, Rio Grande de São Pedro e ilha de Santa Catarina. A primeira jogada da coroa portuguesa foi avançar seu território até à região mais setentrional do Rio da Prata, enquanto os espanhóis gradativamente movimentavam suas peças no entorno da América Meridional.

A estratégica localização geográfica da ilha de Santa Catarina em meio aos extremos do Rio de Janeiro e do Rio da Prata contribuiu, decididamente, para uma redobrada preocupação da monarquia lusitana com este território, pois servia como entreposto intermediário comercial-marítimo-militar de ligação entre as capitanias. Em 1703, fundaram um correio militar Laguna-Colônia. Essa pequena base tinha como plano de ação diminuir os espaços territoriais do centro da colônia em relação ao sul, deslocando eficientemente tropas e instrumentos bélicos. Não tardou para a monarquia limitar ainda mais esses espaços. Em fevereiro de 1737, com um pequeno grupo de índios silvícolas e militares desgarrados, o brigadeiro José da Silva Paes fundou o presídio de Jesus-Maria-José, na barra do Rio Grande. O principal objetivo, além de materializar o expansionismo territorial, era livrar a Colônia do cerco castelhano, que nesse momento se movimentava em várias frentes. Um ano depois, a provisão régia de 11 de agosto de 1738 desmembrou o Rio Grande e a ilha de Santa Catarina da jurisdição de São Paulo, passando a ser subjugados diretamente pelo Rio de Janeiro. Nesse momento, efetivamente, a ilha tornou-se um posto militar avançado.

1. A fortificação da ilha de Santa Catarina e a construção da fronteira sul

Vários autores comungam da tese de que as principais razões para a criação da capitania da ilha de Santa Catarina foram de ordem política e estratégico-militar. A ainda fresca fundação da Colônia do Sacramento exigia a implantação de um sistema defensivo litorâneo (Piazza 1983: 123). Coube ao brigadeiro iniciar o sistema de defesa. Na carta endereçada ao vice-rei Gomes Freire de Andrada, em 21 de junho de 1737, Silva Paes é enfático ao afirmar “*eu sou o primeiro que reconheço é preciso na ilha de Santa Catharina haja alguma fortificação [...] e isso mesmo mandei dizer a Santos*”, preocupava-se ainda: “*é sem dúvida nos seria mui sensível o perdê-la*”².

² Carta do brigadeiro José da Silva Paes, governador do Rio Grande de São Pedro ao general e vice-rei do Brasil Gomes Freire de Andrada, Rio Grande de São Pedro, 21 de junho de 1737. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1869, tomo XXXII, parte 1ª, 109-122.

As preocupações com a defesa e a conservação da ilha de Santa Catarina se iniciaram ainda em 1709. Entretanto, os trabalhos só começaram trinta anos depois, no governo do brigadeiro José da Silva Paes³. Este levou do Rio de Janeiro alguns civis e um grupo de “índios mansos” para desenvolver os trabalhos⁴. A estratégia arquitetada, num primeiro momento, era empreender três fortificações na parte norte: na ilhota de Anhatomirim, no mesmo ano que Silva Paes tomou posse, foi iniciada a construção da fortaleza de Santa Cruz (1739); em frente à ilha de Anhatomirim, em Ponta Grossa, no ano seguinte, iniciou a construção da fortaleza de São José de Ponta Grossa (1740); e, no mesmo ano, foi iniciada a construção da fortaleza de Santo Antônio (1740), na ilha dos Ratonés.

O gabinete português considerava a ilha inexpugnável. Com os três pontos fortificados, tanto à coroa como ao governo luso-brasileiro davam sinais de confiança. Além disso, mantinham, aparentemente, um triângulo supostamente intransponível. As limitações de poderio e principalmente de alcance – da fortaleza de Santa Cruz à de Ponta Grossa, a distância era de 6 km, a mesma distância tinha a primeira fortaleza com a de Ratonés, sendo esta última 8 km distante de Ponta Grossa –, não foram suficientes para conter os ânimos do governo metropolitano. Com excelente sistema defensivo, possuía todos os requisitos para efetuar a mais exemplar resistência no caso de um ataque por forças estrangeiras, considerava a coroa. “*As fortificações que tenho feito nas tres paragens que mandey dizer a V. Mag^{de}. me pareião mais Convenientes*”, escreveu o brigadeiro José da Silva Paes (citado por Piazza 1988: 132). Claramente, o gabinete português via com otimismo e confiança os trabalhos desenvolvidos na ilha.

O propósito das edificações – pelo menos na barra norte – era manter os invasores sob constantes fogos cruzados. Contudo, na prática, as distâncias entre as fortalezas impediam qualquer estratégia semelhante. A historiografia catarinense tem debatido insistentemente o tema das fortificações na ilha. Durante muitos anos houve uma crítica combativa. A grande maioria dos autores aceitava unanimemente a tese de que as fortalezas apresentavam certas debilidades de segurança (Piazza 1983: 181-192). Alguns justificaram, como foi o caso do coronel Lucas Boiteux, que “*Silva Paes não teria encontrado outros pontos vantajosos para, na Barra Norte, fixar as defesas da ilha, senão aqueles em que as assentou*” (citado por Cabral 1972: 22). Mas, a grande maioria, efetuou ferrenhas críticas às construções, desde os locais não serem apropriados para tal empresa, combinado às questões geográfica-técnico-militares.

Oswaldo Rodrigues Cabral, político e um dos grandes pesquisadores da história catarinense, não poupou as edificações do brigadeiro José da Silva Paes ao falar da Fortaleza de Anhatomirim, dizendo ser “*a sua construção mal entendida, os seus extraordinários quartéis próximos às baterias, a Casa do Governador, a Capela e a Casa da Pólvora, tudo patente aos inimigos, são defeitos bem consideráveis, e que mostram ter sido o construtor mais arquiteto civil que militar*” (Cabral 1972: 20). Novos estudos vêm redirecionando os questionamentos. Roberto Toner, arquiteto e um dos responsáveis pelos trabalhos de remodelação das fortalezas da ilha e do empreendimento do *Projeto Fortalezas Multimídia*, trouxe novas visões sobre o sistema

³ O brigadeiro José da Silva Paes tomou posse a 7 de março de 1739 do governo da Capitania de Santa Catarina. Foi o responsável pela construção de três fortalezas na parte norte da ilha e de uma fortaleza na parte sul. Foi destituído em 2 de fevereiro de 1749, quando retornou ao Rio de Janeiro e, posteriormente, a Portugal.

⁴ Os civis contratados foram: Manoel Rodrigues de Araújo, Comissário de Mostras; José Inácio de Souto-Maior, Demarcador e Repartidor; Felix Gomes de Figueiredo, Provedor da Fazenda; capitão José Cardoso Ramalho, engenheiro (Piazza 1988: 128).

defensivo, contrariando a grande maioria que se debruçou nas construções, ressaltando em novos estudos que as fortalezas não eram tão ineficientes. Tonera lembra que as fortalezas da ilha seguiam o mesmo padrão arquitetônico desenvolvido no resto da Europa. As técnicas de construção desenvolvidas no final do século XVII e início do século XVIII foram as orientações para o brigadeiro Silva Paes⁵. Contudo,

“[...] as fortificações catarinenses se diferenciam pelo fato de suas construções e praças de armas não estarem enclausuradas, contidas entre altas muralhas, adaptando-se de forma harmoniosa à topografia dos locais onde estão implantadas. Os edifícios sempre dispõem de uma vista privilegiada da paisagem circundante, sendo, portanto, também bastante visíveis do mar. Esta solução, utilizando muralhas baixas, o suficiente apenas para conter os terraplenos, e não para esconder as construções, seria um dos aspectos mais criticados do sistema defensivo projetado por Silva Paes, considerado por seus críticos muito “mais arquiteto que engenheiro militar”. Mas, na realidade, tratava-se de um aperfeiçoamento na maneira de projetar fortificações, onde altas e inexpugnáveis muralhas (herança dos castelos medievais) não eram mais necessárias, em função da evolução da artilharia de longo alcance. Isto faz com que hoje as fortalezas de Santa Catarina, peculiarmente, assemelhem-se muito mais a Resorts voltados a uma exuberante paisagem natural, que a antigas praças de guerra” (Tonera 2005: 3).

Formado o triângulo defensivo da barra norte, o brigadeiro iniciou os trabalhos na barra sul. Em 1741, na ilha de Araçatuba, começou a construção da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição. Os governos seguintes mantiveram as mesmas defesas sem alterações significativas. Dessa forma, Manuel Escudeiro e José de Melo Manuel trabalharam na manutenção das construções feitas pelo brigadeiro José da Silva Paes. Somente em 1763, já sob o governo do então coronel Francisco Antônio Cardoso de Menezes e Souza, o engenheiro militar José Custódio de Sá e Faria construiu mais dois fortes: o forte de São Francisco Xavier, na praia de Fora, lado Norte da Vila do Desterro, armado com dois canhões; e, o forte de Santana, no estreito entre a ilha e o continente, lado da ilha. Dois anos depois, no governo do tenente Francisco de Souza e Menezes, foram iniciadas as construções de mais dois fortes: forte de São Caetano, ao norte da ilha de Santa Catarina, próximo da fortaleza de São José da Ponta Grossa, para o lado de oeste, com 6 canhões; forte São Luiz, na praia de Fora, lado Norte da vila do Desterro, com quatro canhões, distante apenas um quilômetro do forte São Francisco Xavier (Caldas 1992: 35-37). Eram essas as fortificações existentes na ilha, acrescidas de um fortim levantado na entrada da lagoa da Conceição, no lado oriental da ilha.

2. Povoamento e defesa do território

Contudo, as construções não fariam as defesas sozinhas. José da Silva Paes, habilidosamente pediu à coroa que enviasse casais para povoarem a ilha de Santa Catarina⁶. A necessidade, segundo o brigadeiro, era de aumentar as defesas e ao mesmo

⁵ A implementação do ensino de arquitetura em Portugal – pelo menos no século XVII –, notadamente esteve voltado para as defesas e construções militares. Em 13 de junho de 1647, foi fundada a primeira escola de ensino militar em Portugal, sediada na Ribeira das Naus em Lisboa. Luís Serrão Pimentel, engenheiro-mor do reino e professor do curso, escreveu um manual para desenhar as fortificações, além de ser o primeiro em língua portuguesa, o *Mhetodo Lusitanico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*, produzido em 1680, se transformaria em obra basilar para as construções em todo o reino. Outra obra de referência é de Manoel de Azevedo Fortes, *O Engenheiro Portugues*, escrita em 1728. Este último, como engenheiro-mor do reino, esteve pessoalmente na ilha de Santa Catarina, em 1740, vistoriando as construções feitas pelo governador. Ver Tonera 2005; e Ferreira 2009.

⁶ Consulta do Conselho Ultramarino, Lisboa, 11 de março de 1744. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Editora do Livro, 1978, vol. 98, 215.

tempo de povoamento da ilha⁷. Após o pedido do brigadeiro, em 31 de agosto de 1746, D. João V ordenou o transporte de mil famílias para povoarem a ilha, provenientes das ilhas da Madeira e dos Açores. Foram fixados editais nas ilhas informando que todos os custos e demais despesas seriam desembolsados pelo Estado. A única exigência era que os homens não tivessem mais de quarenta anos e as mulheres, trinta. Receberiam, após a chegada, os instrumentos de produção necessários para o trabalho e sustento, segundo o próprio edital:

“El Rei etc [...] fazer mercê aos Cazaes das ditas Ilhas que quizerem hir estabelecer-se no Brasil de lhes facilitar o transporte, e estabelecimento mandando-os transportar à custa da sua Real Fazenda não só por mar, mas também por terra, [...] e logo que chegarem a desembarcar no Brasil, a cada mulher que para ele for das Ilhas de mais de doze annos, e de menos de vinte cinco, cazada ou solteira, se darão 2:400 reis de ajuda de custo, e aos Cazaes, que levarem filhos, se lhes darão para ajuda de os vestir mil reis por cada filho, e logo que chegarem aos sítios que hão de habitar, se dará a cada cazal huma espingarda, duas enxadas, hum machado, huma enxó, hum martello, hum facão, duas facas, duas tesouras, duas verrumas, huma serra com a sua lima e travadoura, dois alqueires de sementes, duas vaccas e huma égoa, e no primeiro anno se lhes dará, a farinha que se entender basta para o sustento [...] Os homens que passarem por conta de Sua Magestade, ficarão izentos de servir nas tropas pagas [...] onde se dará a cada caza hum quarto de legoa em quadra”⁸.

Quando os espanhóis desembarcaram na ilha de Santa Catarina, encontraram uma população quase exclusivamente de açorianos e madeirenses, além de militares e famílias de outras partes do Brasil. Os habitantes das ilhas adjacentes a Portugal atravessaram o Atlântico entre os anos 1748 e 1756, sob a política de povoamento e manutenção do território entabulada pela coroa portuguesa nos reinados de D. João V e D. José I representado pelo ministro marquês de Pombal. Além dos açorianos, que constituíam quase metade da população em 1777, já havia uma pequena elite burocrática de militares e pequenos comerciantes, que gradativamente desenvolviam o comércio e as relações sociais. Militares e cidadãos comuns metamorfoseavam a sociedade colonial da ilha de Santa Catarina. Cidadãos comuns eram transformados em força militar. Conviviam com índios, escravos, mesclavam-se diferentes culturas e hábitos formando uma sociedade híbrida. Apesar disso, a sociedade da ilha formava uma plena sociedade colonial. A população proveniente de outras partes da colônia era, em sua maioria, de militares das regiões do Nordeste, Rio de Janeiro e Santos, enviados para assegurar a defesa. Esses militares mesclados aos cidadãos locais formavam uma amálgama social.

No início do século XVII, cogitava-se o estabelecimento de povoamentos na América Meridional. Em 19 de maio de 1722, um despacho régio já estabelecia a formação de colônias na ilha de Santa Catarina e no Rio Grande de São Pedro com casais provenientes da ilha do Pico⁹. No ano seguinte, o Conselho Ultramarino discutia a hipótese de povoar a ilha de Santa Catarina, além de Laguna e Montevidéu.

⁷ Consulta do Conselho Ultramarino, Lisboa, 30 de março de 1745. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Editora do Livro, 1978, vol. 98, 215.

⁸ Cópia do Edital publicado nas Ilhas dos Açores de que faz menção a Provisão de Agosto de 1747, relativo ao transporte dos Colonos. Registro do edital que Sua Magestade mandou imprimir para os moradores das ilhas dos Açores e casaes, e todos os mais que se quizessem alistar para povoadores d’este estabelecimento a Santa Catarina. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, Garnier, 1877, tomo, XL, parte primeira, 213-214; Brito 1829: 23.

⁹ Despacho régio, Lisboa, 19 de maio de 1722. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Editora do Livro, 1979, vol. 99, 8.

Desenvolver o sistema de fortificação na tentativa de evitar ataques estrangeiros¹⁰. O início do século XVIII é o momento de maior preocupação da coroa portuguesa com o território da América Meridional. Os mais de seis mil açorianos que desembarcaram, povoaram tanto a ilha quanto o continente. Em sua grande maioria constituída de analfabetos, já que o ensino oficial nos Açores só foi instituído em 1759. Num primeiro momento, nem Laguna e nem São Francisco receberam imigrantes. Contudo, diversas povoações foram criadas. Somente em 1748 três novas localidades foram desenvolvidas para receber os colonos: São Miguel da Terra Firme, hoje localidade de São Miguel no município de Biguaçu; São José da Terra Firme (1750), atual município de São José localizado na região metropolitana de Florianópolis, fundada com 182 açorianos; Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito (1750), localizado no atual município de Palhoça.

Com a imigração, a coroa portuguesa não ganhava apenas forçando o sistema de ocupação e manutenção do território, mas também no recrutamento militar. O decreto publicado nas ilhas dos Açores e da Madeira deixava claro que os imigrantes não serviriam no exército pago, mas no exército gratuito e obrigatório das Ordenanças. A ideia era formar logo na chegada um corpo na própria ilha. Esta estratégia da coroa portuguesa fundamentalmente transformaria toda a estrutura social, muitos ficaram descontentes com tal labor. A grande maioria tentava fugir das amarras do serviço militar. Na carta do ministro Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 18 de abril de 1766, já se dizia ser “*indispensável que todos os moradores dela se conservem em estado de tomarem as ermas com dênda para poderem rebater o orgulho dos inimigos*”¹¹.

3. A invasão espanhola de 1777

A alternância de poder na Colônia do Sacramento e a invasão no Continente do Rio Grande (1763) tornaram as relações entre as coroas ibéricas ainda mais tensas e problemáticas. As preocupações com um novo ataque e as possessões da América Meridional aumentaram após o revés sofrido militarmente pelos castelhanos em Argel, no norte da África. “*Castelhanos se achavam preparando uma grande esquadra, que diziam ser com destino de hir a Argel, porem que se suspeitava poder, ou toda ou parte della dirigir-se a America*”, escrevia preocupado o marquês do Lavradio ao ministro Martinho de Melo e Castro¹². Enquanto isso, do outro lado, Sebastião de Carvalho e Melo, regozijava da ação castelhana, chamava de “*miserável*” e “*vergonhosa*” derrota, pois de 22 mil homens de embarque que levavam, “*oito para nove mil homens [foram] mortos pelos mouros; e abandonando-lhes a artilharia, armamentos, bagagens, e munições*”, escreveu o marquês de Pombal¹³.

¹⁰ Consulta do Conselho Ultramarino, Lisboa, 9 de novembro de 1723. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Editora do Livro, 1978, vol. 98, 214.

¹¹ Carta do ministro Francisco Xavier de Mendonça Furtado para a Câmara do Desterro, Lisboa, 18 de abril de 1766. *Anais do 1º Congresso de História Catarinense*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950, v. II, 607.

¹² Bicentenário da transferência da capital do estado do Brasil da cidade do Salvador para a cidade do Rio de Janeiro, correspondência do Conde de Azambuja e marquês do Lavradio. Carta do marquês do Lavradio ao ministro Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1777. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: vol. 255, abr/jun., 1962, 277-293.

¹³ Última instrução sobre a Ilha de Santa Catarina que acompanha a carta de 9 de setembro de 1776, Marquês de Pombal, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda em 9 de setembro de 1776. *Anais da Biblioteca*

Com isso, a coroa portuguesa apressou em tomar novas medidas. Enviou uma série de instruções secretas e o chamado Plano Militar ao marquês do Lavradio. Este receberia plenos poderes para a defesa e restauração da região sul. As instruções¹⁴ seriam enviadas pelo marquês de Pombal, o qual recebia das mãos do rei plenos poderes para tal ação, e deveriam, segundo a carta, ser “*cumpridas, como se fossem pela minha própria mão assignadas*”. O marquês deveria “*repelir*” qualquer ameaça. Tinha o direito de “*fazer executar [...] tudo o que julgares que é conveniente para repellires a força contra os insultos com que os referidos general de Buenos-Ayres e seus officiaes têm rompido a paz e (principalmente) usurpado meus domínios no sul*”.

Eram seis as instruções chamadas de “*Plano militar de guerra defensiva, com que devemos repellir a aleivosa invasão que os castelhanos vão fazer em toda a parte sul do Brasil por elles já aleivosamente ocupada*”. Nelas constava a necessidade de organizar as tropas e fortalezas na região sul, além de dar notícias da organização de “*uma grande armada castelhana, chamando-lhe Invensível*”, segundos as informações que eram recebidas dos espias existentes em Madrid. Esperava Pombal receber auxílio dos ingleses para conter a armada castelhana. Como parte da primeira instrução, o marquês apoiava a necessidade de manter os soldos dos soldados em dia, pois o “*pagamento e sustentação das tropas é a base fundamental de toda a guerra*”. Além disso, a potência vencedora é sempre, segundo ele, a “*que póde sustentar a campanha por mais tempo*”. Assim, ficaria ordenado que a junta da Baía mandasse socorro anualmente à do Rio de Janeiro, enquanto durassem as hostilidades dos castelhanos. Tendo os subsídios necessários para manter “*não só na guerra defensiva que agora se apresenta, mas também no caso em que esta venha a ser ofensiva nas suas consequências*”. Pombal mostrava-se intimamente incomodado com as ações castelhanas no sul do Brasil, referindo-se a eles dizendo “*que não há inimigos que sejam, nem mais arrogantes, ferozes e cruéis, nem menos formidáveis; porque em se lhes desconcertando a imaginação escaldada, que sempre os inflamma, fazendo-lhes representar que serão invencíveis, logo d’ella mesma se precipitam no mais vil e abatido desalento*”. Da mesma forma que desprezava os castelhanos, enaltecia os soldados e oficiais portugueses. Para ele, “*em nenhum exercito houve, nem officiaes, nem soldados, que fossem mais amantes do seu rei, mais fieis à sua patria, mais soffredores de trabalhos e mais constantes nos seus successos felizes e adversos; do que elles tem manifestado em todas as historias, [...] nem houve outra alguma nação cujos exercitos vencessem com poucos combatentes tantos inimigos, muitas vezes superiores em numero*”.

O ministro deixava claro ao vice-rei “*que nenhuns inimigos, por pequenos que sejam, se devem desprezar*”, referindo-se aos castelhanos. Na quinta instrução, o marquês de Pombal demonstra total preocupação com a Capitania e ilha de Santa Catarina. Para o ministro, “*a conservação da ilha de Santa Catharina é da summa importância*”, visto de três perspectivas: em “*tempo da paz nos defende a costa do sul dos contrabandos, que sem ella seriam sempre inevitaveis*”; enquanto que “*em tempos da guerra; e por uma parte priva os inimigos dos unicos portos que ha na mesma costa com o fundo e*

Nacional. Rio de Janeiro: 1983, vol. 103, 145-149; Ofício do marquês de Pombal ao marquês do Lavradio, Lisboa, 9 de setembro de 1776. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Editora do Livro, 1978, vol. 98, 222; Lisboa, 9 de setembro de 1776. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Editora do Livro, 1978, vol. 98, 223.

¹⁴ Carta do ministro marquês de Pombal ao vice-rei marquês do Lavradio, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 9 de julho de 1774. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro: Garnier, 1868, tomo XXXI, parte primeira: 181, 185, 188, 190-192, 195, 207-208.

espaço necessario para n'elles entrarem e conservarem os ditos inimigos”, e ainda “*pela outra parte nos dá a faculdade, não só para alli termos ancoradas as náos de Sua Magestade, mas tambem para introduzirmos tropas e munições de guerra, e de boca n'aquelle continente do sul em casos taes, como este, que agora se presenta; continente que não poderíamos conservar facilmente se uma vez lhe faltasse a referida ilha*”. Continua o marquês: “*D'aqui resulta, que a defesa e manutenção d'ella, constituindo um dos grandes objectos da attenção de el-rei meu senhor*”.

As instruções ao vice-rei eram claras e objetivas. Lavradio tinha a tarefa de aprimorar as fortificações da ilha com artilharia, pólvoras, balas e demais petrechos necessários “*para fazerem uma vigorosa defesa nos casos de surpresas ou de ataques*”; a guarnição da ilha deveria ser reforçada com Regimentos da Capitania, assim como o vice-rei deveria mandar um regimento de Pernambuco como reforço; as tropas das Ordenanças e demais “*corpos irregulares da mesma ilha sejam sem perda de tempo armados*”; e por último, mas não menos importante, o brigadeiro Antônio Carlos Furtado de Mendonça, recebendo a patente de marechal-de-campo, era autorizado a sair de Minas – de onde era governador –, para ser imediatamente “*encarregado da guarda de defesa*”¹⁵.

Além das instruções de 9 de julho de 1774, às vésperas da invasão espanhola, o marquês de Pombal, enviou o que chamou de as *últimas instruções sobre a Ilha de Santa Catarina*, com 22 pontos referentes à defesa do território. Iniciava o primeiro ponto lembrando que a parte norte possuía uma “*grande enseada, que pode conter as maiores armadas do mundo*”. Ingenuamente, o marquês acreditava que as fortalezas da barra norte, no caso de um ataque, flanqueariam descargas de fogos cruzados. Dizia ele: “[...] *a corrente, e direção das mesmas águas; e os baixos, que há de um, e outro lado do canal do dito porto, não permitem que embarcação alguma passe além da Ilha de Anhatomerim sem ir direita à distância de meio tiro de bala dessa Ilha, a receber na proa os golpes das balas, que dela se atirarem: as quaes sendo vermelhas, ou incendiárias, farão maior estrago*”¹⁶.

Logo após receber as instruções, o Lavradio escreve ao marquês de Pombal dizendo dar as providências necessárias para a defesa da ilha de Santa Catarina, após as instruções a ele dirigidas:

“[...] recebi um officio de V. Ex. datado de 9 de setembro deste ano, que acompanhava a instrução que V. Ex. me dirig, a respeito da defeza da Ilha de Santa Catharina; uma relação das forças de que se compõe a esquadra, com que os Castelhanos nos pretendem atacar; e um papel de noticias particulares, sobre diferentes corcunstancias desta mesma esquadra. Em conformidade da sobredita ordem, immediatamente escrevi ao General de Sancta Catharina, nos termos que V. Exa. Verá da copia da minha carta; remeti-lhe uma das cartas topográficas das que V. Exa. Me mandou, e uma Copia das instrucções para a defeza da mesma Ilha”¹⁷.

¹⁵ Carta do ministro marquês de Pombal ao vice-rei marquês do Lavradio, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 9 de julho de 1774. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro: Garnier, 1868, tomo XXXI, parte primeira, 184-212.

¹⁶ Última instrução sobre a Ilha de Santa Catarina que acompanha a carta de 9 de setembro de 1776, Marquês de Pombal, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda em 9 de setembro de 1776. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: 1983, vol. 103, 145-149; Ofício do marquês de Pombal ao marquês do Lavradio, Lisboa, 9 de setembro de 1776. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Editora do Livro, 1978, vol. 98, 222; Lisboa, 9 de setembro de 1776. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Editora do Livro, 1978, vol. 98, 223.

¹⁷ Bicentenário da transferência da capital do estado do Brasil da cidade do Salvador para a cidade do Rio de Janeiro, correspondência do Conde de Azambuja e marquês do Lavradio. Carta do marquês do Lavradio ao marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1776. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: vol. 255, abril-junho, 1962, 273-277.

Enquanto a coroa portuguesa se preocupava com a manutenção do território, Carlos III, rei da Espanha, sigilosamente enviou instruções a D. Pedro de Cevallos para invadir a ilha de Santa Catarina. Cevallos era um militar experiente, conhecia a ilha e seus fortes, principalmente da barra norte, pois lá esteve em 1755, quando se dirigiu ao Rio da Prata para assumir o governo de Buenos Aires. Com isso, foi escolhido para ser o comandante geral da Armada. Em 13 de novembro de 1776, o marquês de Casa Tilly, comandante da Esquadra, junto com Cevallos, saíram do porto de Cádiz com único destino: tomar o controle sobre a ilha de Santa Catarina. O boato falso que corria era que a esquadra tentaria uma nova ofensiva contra Argel, na África.

A coroa espanhola desenvolveu a maior esquadra organizada na Europa com um total de 11.524 homens. Até chegar ao seu destino final fez três paradas: Tenerife, Canárias e Cabo Verde. No dia 17 de janeiro de 1777, buscando reunir as embarcações, efetuaram uma parada nas proximidades da ilha da Trindade, próximo ao Rio de Janeiro. Em média, 12 naus que estavam perdidas se agruparam à esquadra. Em meio a viagem, ocorreram duas mil baixas, e durante 13 dias a esquadra permaneceu na ilha. Nos dias 7, 8 e 9 de fevereiro, aprisionaram três embarcações portuguesas com destino à coroa. No dia 16 do mesmo mês, avistaram as velas portuguesas próximas às ilhas do Alvoredo, já no litoral catarinense. O comandante que ali estava, o inglês Robert Mac Douall, logo que percebeu a presença espanhola, zarpu para o Rio de Janeiro. Os espanhóis entraram pelo lado norte da ilha. No dia 20, estavam atrás da ilha do Loro. Três dias depois desembarcavam na praia das Canasvieiras; em meio a isso, não sucedeu um só tiro de fuzil¹⁸.

Contudo, os espanhóis não permaneceram por muito tempo na ilha, pois o Tratado de Santo Ildefonso restituiu a posse aos portugueses. O Tratado, que foi assinado em 1777, só teve as prerrogativas efetuadas em 1778. O primeiro-ministro do reino, Martinho de Melo e Castro, foi quem se encarregou de punir os responsáveis pela perda da ilha. No despacho de 22 de setembro de 1777, aprovou as prisões efetuadas por Lavradio, no Rio de Janeiro, concomitantemente, a devassa e o sequestro dos bens do governador Grama Freitas, do Marechal Antônio Carlos Furtado de Mendonça, ainda os demais oficiais envolvidos no evento. A principal culpa recaiu sobre Furtado de Mendonça. Era acusado pelo marquês de Lavradio de não ter executado as ordens recebidas. Furtado de Mendonça defendia-se das acusações dizendo que o responsável era o chefe da esquadra, Robert Mac Douall, que no momento da chegada dos espanhóis singrou para o Rio de Janeiro. Por sua vez, Mac Douall dizia seguir ordens do marquês de Lavradio¹⁹. Após longos anos de processos, a anistia foi assinada pela rainha em janeiro de 1786.

Conclusão

O processo de ocupação, preservação e manutenção da ilha de Santa Catarina pela coroa lusitana passou por alguns critérios: a tentativa de aproximação das capitânicas do centro e do sul com a ilha; o sistema de fortificação desenvolvido em toda a orla marítima

¹⁸ Para mais informações sobre a invasão espanhola na ilha de Santa Catarina, ver: Albuquerque 1997; Flores 2004; Mendonça, 1978; Mosimann 2003; Pereira 1943; Piazza 1978; Piazza 1982-1983; Rosa 1944; Bodelón 2013.

¹⁹ Sobre as acusações e relações entre Robert Mac Douall, marquês do Lavradio, e Furtado de Mendonça, consultar Conceição 2011.

durante quase 40 anos; e a política de povoamento da ilha com açorianos e madeirenses, que desenvolveu organicamente toda a estrutura social da ilha e militarizou parte da sociedade. Com uma política de ação contínua, a coroa buscou manter o território mais setentrional da América. Investiu elevados custos na preservação do território. Contudo, a ilha viu-se envolvida numa invasão incruenta, na qual os responsáveis pela defesa capitularam sem qualquer resistência. Nas palavras do ministro Martinho de Melo e Castro, largaram “*a Ilha, sem se ter dado um só tiro*”.

Referências

- Albuquerque, Mário Marcondes de. 1997. “A ocupação da Ilha de Santa Catarina pelos espanhóis”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina, 1896-1996, Florianópolis: 347-355.
- Bodelón, Óscar Rico. 2013. *La ocupación española de Santa Catarina (1777-1778): Una Isla brasileña para Carlos III*. Tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Salamanca, Departamento de Historia Medieval, Moderna y Contemporânea.
- Boxer, C. R. 1992. *O império marítimo português 1415-1825*. Trad. Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70.
- Brito, Paulo José Miguel de. 1829. *Memória política sobre a capitania de Santa Catharina*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias.
- Cabral, Oswaldo Rodrigues. 1972. *As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Conselho Federativo de Cultura.
- Caldas, Marechal Cândido. 1992. *História militar da Ilha de Santa Catarina: notas*. Florianópolis: Lunardelli, 1992.
- Conceição, Adriana Angelita da. 2011. *Sentir, escrever e governar: A prática epistolar e as cartas de D. Luís de Almeida, 2º marquês do Lavradio (1768-1779)*. Tese de Doutoramento em História Social, São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Ferreira, Nuno Alexandre Martins. 2009. *Luís Serrão Pimentel (1613-1679): Cosmógrafo-mor e Engenheiro Mor de Portugal*. Tese de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Flores, Maria Bernardete Ramos. 2004. *Os espanhóis conquistam a ilha de Santa Catarina 1777*. Florianópolis: UFSC.
- Mendonça, Marcos Carneiro de. 1978. “A rendição da Ilha de Santa Catarina”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol. 321, outubro/dezembro: 5-35.
- Mosimann, João Carlos. 2003. *Ilha de Santa Catarina – 1777-1778: a invasão espanhola*. Florianópolis: Edição do autor.
- Pereira, Carlos da Costa. 1943. “Acerca da invasão espanhola”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, 1º semestre, volume X: 25-34.
- Piazza, Maria de Fátima Fontes. 1978. *A invasão espanhola da Ilha de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado em História na área de Política Externa, Brasília, Departamento de História da Universidade de Brasília, 1978.
- Piazza, Walter F. 1988. *O Brigadeiro José da Silva Paes: estruturador do Brasil Meridional*. Florianópolis: FURG/UFSC.
- Piazza, Walter F. 1983. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: EDUFSC/Lunardi.
- Piazza, Walter P. 1982-1983. “Pombal e a entrega da Ilha de Santa Catarina aos espanhóis, em 1777”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, 3º fase, n. 4: 115-129.

- Rosa, General Vieira da. 1944. “A vergonha de 1777”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, 2º semestre, volume XIII: 25-38.
- Tonera, Roberto. 2005. “O sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina – Brasil: criação, abandono e recuperação”. *Ier Seminario Regional de Ciudades Fortificadas*, 6 e 7 de abril de 2005, Montevideo-Uruguay. Disponível [aqui](#).